



**PREGÃO ELETRÔNICO 90007/2026**

**CONTRATANTE (UASG 153177)**

**NÚCLEO REGIONAL SUDOESTE - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)**

**OBJETO:**

**Concessão onerosa de espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - Campus Pato Branco.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **R\$ 22,86 (vinte e dois reais e oitenta e seis centavos)**.

O valor estipulado para a concessão do uso do espaço (aluguel), será de **R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) mensais**.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 26/06/2026 às 08:30 (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Maior desconto

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026**

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23064.022495/2026-26 )

Torna-se público que o Núcleo Regional Sudoeste da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio do Departamento de Materiais e Patrimônio (DEMAP) do Campus Pato Branco, sediado na Via do Conhecimento km 01, bairro Fraron, na cidade de Pato Branco - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 26/06/2026

**Horário:** 08:30

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Concessão onerosa de espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - Campus Pato Branco**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para **todos os itens** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a

outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.9.4 e 2.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), a pessoa jurídica:

4.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa

que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º da referida lei](#);

4.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso [II do art. 3º](#) da referida lei;

4.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º](#) da referida lei;

4.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter

4.16. para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. DESCONTO percentual sobre o valor total do objeto, conforme disposto no item 1.1 do Termo de Referência;

5.1.2. Marca, se aplicável;

5.1.3. Fabricante, se aplicável;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo ser cotado a quantidade máxima prevista no Termo de Referência, para cada Item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

- 5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo Valor Unitário do Item, que, neste caso, condiz com o Valor Total.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento)
- 6.8.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á



automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do [§ 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#), incluído pela [IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024](#).

6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.12.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do [§ 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#), incluído pela [IN SEGES/MGI nº 79, de 2024](#).

6.12.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.12.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Para os itens sujeitos à aplicação de margem de preferência, quando cabível:

6.19.1. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do [art. 26 da Lei 14133/21](#).

6.19.1.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente

indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.19.1.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência ([art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015](#)).

6.20.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.20.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2. empresas brasileiras;

6.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.25.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.25.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio admitido por direito.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133/2021](#).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme descrito no ANEXO I - Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes, devendo apresentar, quando da habilitação o atestado de vistoria conforme modelo APÊNDICE II do ANEXO I - Termo de Referência).

8.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme APÊNDICE III do ANEXO I - Termo de Referência.

8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.15. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **3 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **3 (três) horas**, para:

8.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou

entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [https://sei.utfpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_pesquisar.php?acao\\_externa=protocolo\\_pesquisar&acao\\_origem\\_externa=protocolo\\_pesquisar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0) pesquisando pelo protocolo de nº 23064.022495/2026-26

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- 11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mail: [demap-pb@utfpr.edu.br](mailto:demap-pb@utfpr.edu.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração



não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=15317705900072026>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.2. APÊNDICE I do ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar (ETP);

13.11.3. APÊNDICE II - Declaração de vistoria;

13.11.4. APÊNDICE III - Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades do local;

13.11.5. ANEXO II - Modelo de proposta de preços;

13.11.6. ANEXO III - Minuta de contrato.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **MARIO HENRIQUE GOUVEA, PREGOEIRO(A)**, em (at) 10/06/2026, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) [https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador (informing the verification code) **5759601** e o código CRC (and the CRC code) **F95F198B**.



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO Nº 90007/2026

Processo Administrativo nº 23064.022495/2026-26

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Concessão onerosa de espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - Campus Pato Branco, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

Tabela 1 - Valor estimado para disputa de lances da Concessão

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Desconto	Valor Total Estimado R\$
1	Concessão Onerosa de Espaço para exploração de atividade comercial, por empresa que forneça serviços de REPROGRAFIA, IMPRESSÃO, PAPELARIA E LIVRARIA, nas dependências da UTFPR Campus Pato Branco, <b>com aplicação de maior desconto (taxa única aplicável a todos os itens igualmente) sobre o Rol de serviços a serem prestados (Tabela 2),</b> respeitando-se ainda, as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, o contido no Edital, Anexos, bem como, legislação relacionada ao objeto.	1	concessão	X%	22,86

- 1.2. O valor acima corresponde ao somatório de 1 (uma) unidade de cada um dos 6 itens da **Tabela 2**, deste Termo de Referência.
- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação inicialmente será de 01 (um) ano, contado da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação por até 10 (dez) anos (já incluso o primeiro período), na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.5. Na hipótese de não haver interesse na prorrogação do contrato, a Concessionária deve comunicar à Concedente com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de sanções administrativas.
- 1.6. O valor estipulado para a concessão do uso do espaço (aluguel), será de **R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)** mensais, incluso neste valor o custo com energia elétrica.
- 1.7. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO**, por item, conforme valor constante na Tabela 1, observadas as exigências contidas neste Termo e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.9. Rol mínimo de serviços a serem prestados pela concessionária.

Tabela 2 - Rol de serviços a serem prestados pela concessionária

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)
1	Impressão/cópia monocromática A4	1	unidade	0,47
2	Impressão/cópia colorida A4	1	unidade	1,85
3	Ampliação/redução monocromática	1	unidade	0,45
4	Ampliação/redução colorida	1	unidade	1,15
5	Encadernação até 100 páginas	1	unidade	6,75
6	Encadernação acima de 100 páginas	1	unidade	12,19
VALOR TOTAL DA SOMA DE UMA UNIDADE DE CADA SERVIÇO (R\$)				22,86

- 1.10. ATENÇÃO: Para quando a licitante for convocada, os valores unitários da proposta devem considerar **valores inteiros até a casa de "centavos", não podendo, deste modo, haver 3 casas após a vírgula**, arredondando para o valor menor, para cada item da **Tabela 2**.
- 1.11. O desconto a ser ofertado pela licitante incidirá de forma LINEAR e igual para todos os 6 itens da Tabela 2.
- 1.12. Para referência dos quantitativos de serviço demandados na prática, com base em informações repassadas pela Concessionária anterior, o histórico de utilização dos serviços, em percentual, é a seguinte:

Tabela 3 - Histórico de percentual de realização dos serviços

Item	Descrição	Percentual
1	Impressão/cópia monocromática A4	50%
2	Impressão/cópia colorida A4	10%
3	Ampliação/redução monocromática	1%
4	Ampliação/redução colorida	1%
5	Encadernação até 100 páginas	25%
6	Encadernação acima de 100 páginas	13%

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Os requisitos da contratação são os seguintes:

## **Requisitos gerais**

4.2. A concessionária deverá:

- 4.2.1. utilizar o espaço físico exclusivamente para as finalidades previstas no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual;
- 4.2.2. explorar os serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria em atendimento à comunidade acadêmica;
- 4.2.3. efetuar o pagamento do valor da concessão onerosa, conforme condições estabelecidas no procedimento licitatório e no contrato;
- 4.2.4. disponibilizar estrutura técnica e operacional compatível com a atividade a ser desenvolvida;
- 4.2.5. fornecer todos os equipamentos, mobiliários, materiais, insumos e mão de obra necessários à execução dos serviços;
- 4.2.6. prestar atendimento em horário compatível com o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas do Campus;
- 4.2.7. assegurar atendimento contínuo, regular, adequado e eficiente aos usuários;
- 4.2.8. manter o espaço físico em boas condições de higiene, conservação, organização e segurança;
- 4.2.9. observar as normas internas da UTFPR;
- 4.2.10. responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da exploração da atividade.

## **Requisitos técnicos**

4.3. A concessionária deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços:

- 4.3.1. impressões e cópias em formato A4;
- 4.3.2. impressões monocromáticas, em preto e branco;
- 4.3.3. impressões coloridas;
- 4.3.4. ampliação e redução de documentos;
- 4.3.5. encadernações em espiral;
- 4.3.6. fornecimento de capa e contracapa para encadernações;
- 4.3.7. comercialização de materiais básicos de papelaria compatíveis com as necessidades acadêmicas

## **Requisitos relativos aos equipamentos e insumos**

4.4. A concessionária será responsável por:

- 4.4.1. disponibilizar equipamentos adequados à prestação dos serviços;
  - 4.4.2. As máquinas devem ser digitais;
  - 4.4.3. Copiadora/impressora - 2 unidades;
  - 4.4.4. Alimentador Automático de Originais;
  - 4.4.5. Produtividade mínima de 60 cópias por minuto no formato A4;
  - 4.4.6. Redução e ampliação zoom de 70 a 200% em incremento de 1% em 1%;
  - 4.4.7. Velocidade da primeira cópia de no máximo 6 segundos no padrão comum (A4);
  - 4.4.8. Copiar em etiqueta;
  - 4.4.9. Copiar frente e verso;
  - 4.4.10. Perfurador - 01 unidade;
  - 4.4.11. Perfurador para encadernação em capa PVC, com regulagem de profundidade de no mínimo 3 medidas, para encadernar trabalhos no formato A4;
  - 4.4.12. Computador com entrada USB e com características mínimas para impressão;
  - 4.4.13. Disponibilizar impressora, equipamentos e materiais necessários para impressão colorida.
- 4.5. Durante a execução do contrato, desde que evidenciado e de maneira justificada, a ser apresentada ao fiscal do Contrato, a quantidade e recursos acima informados poderão ser alterados em razão da demanda dos serviços ou atualização tecnológica dos equipamentos, sendo que esta alteração poderá ocorrer por iniciativa da CONCESSIONÁRIA ou por imposição da CONCEDENTE.

## **Requisitos de qualidade e desempenho**

- 4.6. manter os equipamentos em condições regulares de funcionamento;
- 4.7. realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- 4.8. substituir equipamentos defeituosos ou inadequados, quando necessário;
- 4.9. fornecer papel, toners, tintas, capas, espirais, materiais de papelaria e demais insumos necessários;
- 4.10. O papel a ser fornecido/utilizado deverá ser de qualidade satisfatória, no tamanho A4, gramatura de 75g a 120g.
- 4.11. garantir que os materiais utilizados sejam compatíveis com os padrões mínimos de qualidade exigidos;

- 4.12. assegurar a continuidade do atendimento durante toda a vigência contratual.
- 4.13. Os serviços deverão observar padrões mínimos de qualidade, incluindo:
- 4.14. impressões sem manchas, borrões, falhas, distorções ou baixa legibilidade;
- 4.15. fidelidade ao conteúdo original dos documentos;
- 4.16. adequada fixação das folhas nas encadernações;
- 4.17. acabamento compatível com a finalidade acadêmica e administrativa dos materiais;
- 4.18. atendimento cordial, eficiente e respeitoso aos usuários;
- 4.19. cumprimento dos prazos informados para execução dos serviços;
- 4.20. refazimento, sem custo adicional ao usuário, de serviços executados em desacordo com as especificações solicitadas.

#### **Requisitos de atendimento aos usuários**

- 4.21. A concessionária deverá:
- 4.21.1. prestar atendimento presencial no espaço físico concedido;
- 4.21.2. manter horário de funcionamento compatível com a demanda acadêmica e administrativa;
- 4.21.3. divulgar de forma clara os valores praticados para os serviços;
- 4.21.4. observar os preços máximos ou referenciais definidos no procedimento licitatório, quando aplicável;
- 4.21.5. emitir comprovantes ou documentos fiscais, quando exigido pela legislação;
- 4.21.6. manter canal de comunicação para recebimento de dúvidas, solicitações e reclamações;
- 4.21.7. garantir tratamento adequado aos discentes, docentes, técnicos administrativos e demais usuários autorizados.

#### **Requisitos relativos ao espaço físico concedido**

- 4.22. A concessionária deverá:
- 4.22.1. utilizar o espaço físico apenas para as atividades autorizadas;
- 4.22.2. zelar pela conservação do local;
- 4.22.3. manter o ambiente limpo, organizado e em condições adequadas de funcionamento;
- 4.22.4. não realizar alterações estruturais sem autorização prévia da Administração;
- 4.22.5. não ceder, transferir ou emprestar o espaço a terceiros sem autorização formal da UTFPR;
- 4.22.6. responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio público decorrentes de uso inadequado;
- 4.22.7. devolver o espaço, ao final da concessão, em condições compatíveis com o uso regular;
- 4.22.8. observar as orientações da Administração quanto ao uso de energia elétrica, acesso, segurança e funcionamento do local.

#### **Requisitos de sustentabilidade**

- 4.23. A concessionária deverá adotar práticas sustentáveis, incluindo:
- 4.23.1. incentivo ao uso racional de papel;
- 4.23.2. redução de desperdícios na execução dos serviços;
- 4.23.3. destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- 4.23.4. utilização de insumos que atendam às normas ambientais vigentes;
- 4.23.5. adoção de práticas de economia de energia;
- 4.23.6. utilização de papel reciclado ou certificado, quando aplicável e viável;
- 4.23.7. realização de logística reversa de toners, cartuchos e materiais similares, quando cabível.

#### **Requisitos legais e administrativos**

- 4.24. A concessionária deverá:
- 4.24.1. estar regularmente constituída para o exercício das atividades compatíveis com o objeto;
- 4.24.2. possuir regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;
- 4.24.3. manter cadastro regular no SICAF ou apresentar a documentação equivalente exigida no edital;
- 4.24.4. cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- 4.24.5. observar as normas internas da UTFPR;
- 4.24.6. responsabilizar-se por alvarás, autorizações, licenças ou registros eventualmente necessários à exploração da atividade;
- 4.24.7. arcar com todos os tributos, encargos e obrigações decorrentes da atividade econômica exercida;
- 4.24.8. assumir integralmente os riscos da exploração econômica dos serviços.
- 4.25. A CONCESSIONÁRIA deverá manter estoque de insumos suficientes ao perfeito atendimento das demandas da Comunidade Acadêmica da UTFPR - Campus Pato Branco.
- 4.26. Corrobora-se que são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, o fornecimento de



todos os materiais e equipamentos indispensáveis à execução dos serviços, sendo de obrigação da CONCESSIONÁRIA absorver e prever tais custos.

4.27. Os móveis, equipamentos e materiais deverão ser adequados a atividade, apresentando-se permanentemente em perfeitas condições, bem como, atendendo todas as normativas da vigilância sanitária e demais regulamentações.

4.28. Os equipamentos elétricos a serem instalados devem ser preferencialmente dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar riscos às pessoas e danos à rede elétrica.

4.29. O layout da área ficará a critério da CONCESSIONÁRIA.

### **Subcontratação**

4.30. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.31. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), considerando que a presente contratação possui natureza geradora de receita para a Administração.

### **Vistoria**

4.32. Não é obrigatória a realização da vistoria, mas caso a Licitante deseje realizar a avaliação prévia do local de concessão do espaço e execução dos serviços, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, bem como para o correto dimensionamento e elaboração da proposta pelo LICITANTE, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento, de segunda à sexta-feira, das 08 horas 30 minutos às 11 horas 30 minutos e das 13 horas 30 minutos às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo Telefone (46) 3220-2556 ou e-mail [dirgrad-pb@utfpr.edu.br](mailto:dirgrad-pb@utfpr.edu.br)

4.33. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.34. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.35. Se optar pela vistoria, a licitante deve agendar a visita com pelo menos 02 (duas) horas de antecedência.

4.36. Quando realizada, o servidor designado para acompanhar a vistoria assinará a declaração comprobatória da vistoria efetuada, conforme APÊNDICE II deste Termo de Referência.

4.37. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme APÊNDICE III;

4.38. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.1. A Concessionária realizará o atendimento à Comunidade Acadêmica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Pato Branco, no Bloco W - Biblioteca, Térreo, Sala da reprografia, localizada na Via do Conhecimento, S/n - Km 01 - Bairro Fraron - Pato Branco - PR.

5.2. A Concessionária deverá explorar os serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nos seguintes horários:

5.3. Manhã: Das 7h30 às 12h

5.4. Tarde e noite: 13h às 22h

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Concessionária deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades necessárias e qualidade estabelecida, promovendo sua substituição quando necessário.

## **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

5.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o

ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

5.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

5.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

5.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

5.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

5.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

5.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### **Fiscalização Administrativa**

5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

5.13. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

5.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

5.15. Cabe ao gestor do contrato:

5.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

6.2.4. Multa:

6.2.4.1. A multa será recolhida em percentual de no mínimo 0,5% e no máximo 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

6.2.4.2. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

6.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto se dará por inspeções, técnicas, pesquisas de satisfação, informações de usuários, dentro outros.
- 7.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- a) Qualidade do atendimento;
  - b) Limpeza do ambiente;
  - c) Nível geral de satisfação do público atendido.
- 7.3. A pesquisa de satisfação poderá entrevistar os estudantes, servidores da concedente que utilizem os serviços prestados.
- 7.4. A Concessionária pagará mensalmente em favor da Concedente, pelo uso das dependências, instalações, o valor fixo de de **R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)** mensais, o qual será reajustado conforme item 7.11 à 7.18 deste Termo, após o interregno de um ano.
- 7.5. Os pagamentos mensais, em favor da Concedente, deverão ser efetuados através de GRU (Guia de Recolhimento da União) até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao do período de competência do encargo. As guias de recolhimento serão fornecidas ou instruídas pelo Setor Financeiro.
- 7.6. Atrasos no pagamento será cobrado multa de mora, no percentual de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso no pagamento da GRU (Guia de Recolhimento Único), incidente sobre o valor mensal do contrato, contada da data da ocorrência da falta, observado o limite de 30 (trinta) dias- multas.
- 7.7. A Concessionária poderá ser dispensada do cumprimento dos pagamentos nos cenários a seguir:
- 7.8. Greves (paralisação de 100% de servidores e/ou alunos) (proporcionalmente aos dias);
- 7.9. Pandemias ou epidemias que restrinjam a realização de trabalhos presenciais (proporcionalmente aos dias);
- 7.10. Nos períodos de recesso e férias, em que não haja a suspensão total das atividades, o pagamento será reduzido proporcionalmente a 50% (cinquenta por cento) do valor da concessão, sendo a contagem feita por dias.

### **Reajuste**

- 7.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, que coincide com a data de assinatura do presente documento.
- 7.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Concedente do índice IGPM, no que tange a concessão do espaço físico, e os itens constantes no item 1.1 deste termo pelo IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.14. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.15. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.16. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto.

### **8.2. Forma de fornecimento**

8.2.1. O fornecimento do objeto será integral, respeitados os quantitativos da(s) eventual(is) nota(s) de empenho emitida(s), conforme as necessidades individuais de cada *campi* componente da entidade gerenciadora, durante o prazo de validade da ata de registro de preços.

### **8.3. Exigências de habilitação**

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.12. 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

8.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação para o período de doze meses.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

#### 8.25. Qualificação Técnica:

8.25.1. As licitantes deverão apresentar para fins de qualificação Técnico-Operacional, **um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica**, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) **experiência mínima de 6 (seis) meses na área de reprografia**. O somatório de atestados poderá ser aceito, respeitadas as condições;

8.25.1.1. O(s) atestado(s) não necessita(m) ser obrigatoriamente referente(s) ao último ano anterior à data da licitação;

8.25.1.2. O prazo de 6 (seis) meses não necessita ser obrigatoriamente contado de forma ininterrupta (contínua);

8.25.1.3. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

8.25.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.25.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.25.1.6. Para a comprovação da experiência mínima, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 6 (seis) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.25.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.26. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (Apêndice II - Declaração de vistoria).

8.26.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (Apêndice III - Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução dos serviços).

#### Disposições gerais sobre habilitação

8.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DOS SERVIÇOS

9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a **R\$ 22,86 (vinte e dois reais e oitenta e seis centavos)**.

9.2. O valor pela concessão do espaço físico será de **R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)** mensais, incluso neste valor o custo com energia elétrica, a serem pagos pela Concessionária a Concedente.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de concessão de uso, a contratação pretendida não gera ônus para a Administração.

## 11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Havendo divergência entre as especificações do objeto constantes no Portal de Compras do Governo Federal e as constantes deste documento, prevalecerão estas últimas.

11.2. Em caso de irregularidade do fornecedor contratado junto ao SICAF, serão adotadas as providências cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

### APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### APÊNDICE II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

### APÊNDICE III - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DO LOCAL

NOME	SIAPE	CAMPUS	DESIGNAÇÃO
Gustavo Arcari	21529417	Pato Branco	Presidente - Integrante Técnico/Requisitante
Lucimar Fornari Schvirck	10420991	Pato Branco	Integrante Técnico/Requisitante
Ana Paula Lindner	1579137	Pato Branco	Integrante da Área de Compras e Contratos

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA LINDNER, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 10/06/2026, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **LUCIMAR FORNARI SCHVIRCK, AUX EM ADMINISTRACAO**, em (at) 10/06/2026, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **GUSTAVO ARCARI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 10/06/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) [https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador (informing the verification code) **5759198** e o código CRC (and the CRC code) **B48D4E1E**.

## UTFPR - NÚCLEO REGIONAL SUDOESTE

# Estudo Técnico Preliminar 43/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23064.022495/2026-26

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de disponibilizar à comunidade acadêmica da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Pato Branco, acesso contínuo a serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e comercialização de materiais de papelaria, mediante **concessão onerosa de uso de espaço físico** nas dependências da Instituição.

O Campus Pato Branco está localizado na Via do Conhecimento, Km 01, em região afastada da área central do município, o que dificulta o acesso imediato da comunidade acadêmica a estabelecimentos especializados em reprografia, impressão, encadernação e papelaria. Essa situação impacta diretamente discentes, docentes, técnicos administrativos e demais usuários que necessitam desses serviços para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

A necessidade identificada **não consiste na contratação direta, pela Administração, dos serviços de reprografia, impressão ou papelaria**, mas sim na seleção de empresa interessada em explorar economicamente tais atividades em espaço físico público, mediante pagamento de valor pela concessão, conforme condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

No contexto das atividades acadêmicas e administrativas da Instituição, verifica-se demanda contínua por:

- impressões e cópias em formato A4, monocromáticas e coloridas;
- ampliação e redução de documentos;
- encadernações em espiral, com capa e contracapa;
- comercialização de materiais de papelaria de uso acadêmico e administrativo.

A concessão onerosa do espaço físico justifica-se especialmente:

- pela necessidade de garantir atendimento presencial, ágil e contínuo à comunidade acadêmica;
- pela localização do Campus, afastado da área central do município;
- pela inexistência de estrutura institucional própria destinada à execução direta e permanente desses serviços;
- pela conveniência de disponibilizar os serviços sem que a UTFPR tenha que realizar investimentos próprios em equipamentos, insumos, mobiliário, manutenção, mão de obra ou gestão operacional direta da atividade;
- pela possibilidade de melhor aproveitamento de espaço físico institucional;
- pela transferência à empresa concessionária da responsabilidade pela instalação, operação e manutenção da atividade.

A execução direta desses serviços pela Administração implicaria custos e providências como:

- aquisição e manutenção de equipamentos específicos;
- fornecimento contínuo de papel, toners, tintas, capas, espirais e demais insumos;
- disponibilização de mobiliário e estrutura operacional;
- alocação de servidores ou contratação de mão de obra para atendimento;
- gerenciamento permanente da atividade;

- controle de estoque, manutenção e reposição de materiais;
- responsabilização direta pela qualidade e continuidade da prestação dos serviços.

Dessa forma, a concessão onerosa de uso de espaço físico apresenta-se como solução mais adequada, eficiente e econômica, pois permite que empresa especializada explore os serviços por sua conta e risco, efetue o pagamento do valor correspondente à concessão e atenda à comunidade acadêmica conforme os preços, condições e padrões definidos no procedimento licitatório.

A solução pretendida visa assegurar:

- atendimento contínuo à comunidade acadêmica;
- disponibilidade de serviços de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- economicidade para a Administração;
- ausência de despesa direta da UTFPR com a execução dos serviços;
- geração de receita ou contraprestação pelo uso oneroso do espaço físico;
- adequada prestação dos serviços pela empresa concessionária, observadas as normas internas da Instituição.

Assim, a presente contratação tem por finalidade viabilizar a **concessão onerosa de espaço físico público** para exploração de serviços de reprografia, impressão, encadernação e papelaria, não se confundindo com contratação direta desses serviços pela Administração.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRGRAD-PB	Gustavo Arcari

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa concessionária deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto da concessão, compreendendo a exploração de serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e comercialização de materiais de papelaria, bem como atender aos requisitos necessários para a adequada utilização do espaço físico concedido e para a prestação dos serviços à comunidade acadêmica da UTFPR – Campus Pato Branco.

O objeto não se caracteriza como contratação direta, pela Administração, dos serviços de reprografia, impressão, encadernação ou papelaria, mas sim como **concessão onerosa de uso de espaço físico público**, mediante pagamento de valor pela concessionária à UTFPR e exploração dos serviços por sua conta e risco.

#### Requisitos gerais

A concessionária deverá:

- utilizar o espaço físico exclusivamente para as finalidades previstas no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual;
- explorar os serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria em atendimento à comunidade acadêmica;
- efetuar o pagamento do valor da concessão onerosa, conforme condições estabelecidas no procedimento licitatório e no contrato;
- disponibilizar estrutura técnica e operacional compatível com a atividade a ser desenvolvida;
- fornecer todos os equipamentos, mobiliários, materiais, insumos e mão de obra necessários à execução dos serviços;
- prestar atendimento em horário compatível com o funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas do Campus;
- assegurar atendimento contínuo, regular, adequado e eficiente aos usuários;
- manter o espaço físico em boas condições de higiene, conservação, organização e segurança;
- observar as normas internas da UTFPR;
- responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da exploração da atividade.

### **Requisitos técnicos**

A concessionária deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços:

- impressões e cópias em formato A4;
- impressões monocromáticas, em preto e branco;
- impressões coloridas;
- ampliação e redução de documentos;
- encadernações em espiral;
- fornecimento de capa e contracapa para encadernações;
- comercialização de materiais básicos de papelaria compatíveis com as necessidades acadêmicas e administrativas.

### **Requisitos relativos aos equipamentos e insumos**

A concessionária será responsável por:

- disponibilizar equipamentos adequados à prestação dos serviços;
- manter os equipamentos em condições regulares de funcionamento;
- realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- substituir equipamentos defeituosos ou inadequados, quando necessário;
- fornecer papel, toners, tintas, capas, espirais, materiais de papelaria e demais insumos necessários;
- garantir que os materiais utilizados sejam compatíveis com os padrões mínimos de qualidade exigidos;
- assegurar a continuidade do atendimento durante toda a vigência contratual.

### **Requisitos de qualidade e desempenho**

Os serviços deverão observar padrões mínimos de qualidade, incluindo:

- impressões sem manchas, borrões, falhas, distorções ou baixa legibilidade;
- fidelidade ao conteúdo original dos documentos;
- adequada fixação das folhas nas encadernações;
- acabamento compatível com a finalidade acadêmica e administrativa dos materiais;
- atendimento cordial, eficiente e respeitoso aos usuários;
- cumprimento dos prazos informados para execução dos serviços;
- refazimento, sem custo adicional ao usuário, de serviços executados em desacordo com as especificações solicitadas.

### **Requisitos de atendimento aos usuários**

A concessionária deverá:

- prestar atendimento presencial no espaço físico concedido;
- manter horário de funcionamento compatível com a demanda acadêmica e administrativa;
- divulgar de forma clara os valores praticados para os serviços;
- observar os preços máximos ou referenciais definidos no procedimento licitatório, quando aplicável;
- emitir comprovantes ou documentos fiscais, quando exigido pela legislação;
- manter canal de comunicação para recebimento de dúvidas, solicitações e reclamações;

- garantir tratamento adequado aos discentes, docentes, técnicos administrativos e demais usuários autorizados.

### **Requisitos relativos ao espaço físico concedido**

A concessionária deverá:

- utilizar o espaço físico apenas para as atividades autorizadas;
- zelar pela conservação do local;
- manter o ambiente limpo, organizado e em condições adequadas de funcionamento;
- não realizar alterações estruturais sem autorização prévia da Administração;
- não ceder, transferir ou emprestar o espaço a terceiros sem autorização formal da UTFPR;
- responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio público decorrentes de uso inadequado;
- devolver o espaço, ao final da concessão, em condições compatíveis com o uso regular;
- observar as orientações da Administração quanto ao uso de energia elétrica, acesso, segurança e funcionamento do local.

### **Requisitos de sustentabilidade**

A concessionária deverá adotar práticas sustentáveis, incluindo:

- incentivo ao uso racional de papel;
- redução de desperdícios na execução dos serviços;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- utilização de insumos que atendam às normas ambientais vigentes;
- adoção de práticas de economia de energia;
- utilização de papel reciclado ou certificado, quando aplicável e viável;
- realização de logística reversa de toners, cartuchos e materiais similares, quando cabível.

### **Requisitos legais e administrativos**

A concessionária deverá:

- estar regularmente constituída para o exercício das atividades compatíveis com o objeto;
- possuir regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual;
- manter cadastro regular no SICAF ou apresentar a documentação equivalente exigida no edital;
- cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- observar as normas internas da UTFPR;
- responsabilizar-se por alvarás, autorizações, licenças ou registros eventualmente necessários à exploração da atividade;
- arcar com todos os tributos, encargos e obrigações decorrentes da atividade econômica exercida;
- assumir integralmente os riscos da exploração econômica dos serviços.

### **Natureza do objeto**

O objeto caracteriza-se como **concessão onerosa de uso de espaço físico público para exploração de atividade econômica de apoio à comunidade acadêmica**, abrangendo serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria.

A UTFPR não realizará o pagamento direto pelos serviços prestados aos usuários. A empresa concessionária será remunerada pelos valores cobrados diretamente dos usuários dos serviços e deverá pagar à Administração o valor correspondente à concessão onerosa do espaço físico, conforme as condições estabelecidas no procedimento licitatório e no contrato.



## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atender à necessidade institucional de disponibilizar, nas dependências da UTFPR – Campus Pato Branco, serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria à comunidade acadêmica.

Considerando a natureza da necessidade identificada, verificou-se que o objeto não deve ser tratado como contratação direta de serviços pela Administração, mas como **concessão onerosa de uso de espaço físico público**, destinada à exploração econômica da atividade por empresa especializada, mediante pagamento de valor à UTFPR.

O mercado local e regional dispõe de empresas que atuam no ramo de reprografia, impressão, encadernação e papelaria, com capacidade para oferecer, entre outros, os seguintes serviços:

- impressões e cópias em formato A4;
- impressões monocromáticas, em preto e branco;
- impressões coloridas;
- ampliação e redução de documentos;
- encadernações em espiral, com capa e contracapa;
- comercialização de materiais básicos de papelaria;
- atendimento presencial sob demanda;
- disponibilização de equipamentos, insumos e estrutura operacional própria.

Durante o levantamento, foram avaliadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda institucional:

### a) Execução direta pela Administração

A execução direta dos serviços pela UTFPR demandaria a estruturação completa da atividade pela Administração, incluindo:

- aquisição de equipamentos específicos;
- contratação de manutenção preventiva e corretiva;
- aquisição contínua de papel, toners, tintas, capas, espirais e demais insumos;
- disponibilização de mobiliário e estrutura operacional;
- alocação de servidores ou contratação de mão de obra para atendimento;
- controle de estoque e reposição de materiais;
- gestão direta da qualidade, dos prazos e do atendimento aos usuários.

Essa alternativa não se mostra a mais adequada, pois geraria custos diretos e indiretos à Administração, além de exigir estrutura operacional própria para atividade acessória às finalidades institucionais da Universidade.

### b) Contratação direta de empresa para prestação dos serviços

Também foi considerada a hipótese de contratação direta de empresa especializada para prestação de serviços de reprografia, impressão, cópias e encadernações.

Nessa alternativa, a Administração figuraria como contratante dos serviços, assumindo despesa pública decorrente da execução contratual. Contudo, essa não corresponde à necessidade pretendida, pois o objetivo principal não é a contratação de serviços para uso direto da UTFPR, mas sim a disponibilização de atendimento à comunidade acadêmica, com exploração econômica pela empresa responsável.

Assim, a contratação direta dos serviços poderia gerar interpretação equivocada quanto ao objeto, fazendo parecer que a UTFPR pagaria pelos serviços de reprografia, quando, na realidade, pretende-se conceder espaço físico para que a empresa explore a atividade e cobre diretamente dos usuários, observados os preços e condições definidos no procedimento licitatório.

### c) Concessão onerosa de uso de espaço físico

A concessão onerosa de uso de espaço físico apresenta-se como a alternativa mais adequada à necessidade identificada.

Nessa solução, a UTFPR disponibiliza espaço físico em suas dependências para que empresa especializada explore os serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria, mediante pagamento de valor à Administração pelo uso do espaço público.

Essa alternativa apresenta as seguintes vantagens:

- permite atendimento presencial à comunidade acadêmica no próprio Campus;
- evita que a Administração assuma custos diretos com equipamentos, insumos, manutenção e mão de obra;
- transfere à concessionária os riscos da exploração econômica da atividade;
- possibilita o pagamento de valor pela utilização do espaço físico público;
- contribui para o melhor aproveitamento da estrutura institucional;
- assegura maior praticidade aos usuários dos serviços;
- mantém a responsabilidade operacional integral com a empresa concessionária;
- permite que os preços dos serviços sejam definidos com base em pesquisa de mercado.

A empresa concessionária será responsável pela instalação e manutenção da estrutura necessária ao funcionamento da atividade, incluindo equipamentos, mobiliário, materiais, insumos, mão de obra, atendimento aos usuários e demais recursos necessários à exploração dos serviços.

Pesquisa de preços dos serviços

A pesquisa de mercado deverá contemplar os valores praticados para os principais serviços a serem disponibilizados aos usuários, tais como:

- impressão/cópia monocromática A4;
- impressão/cópia colorida A4;
- ampliação e redução de documentos;
- encadernações;
- outros serviços correlatos, quando aplicável.

Os preços finais dos serviços a serem previstos na licitação serão definidos com base na média dos valores apurados na pesquisa de mercado, de modo a assegurar compatibilidade com os preços praticados no mercado local e regional.

Estimativa do valor da concessão onerosa

Além da pesquisa de preços dos serviços, será definido o valor da concessão onerosa de uso do espaço físico, a ser pago pela empresa concessionária à UTFPR.

Para essa definição, poderão ser considerados, entre outros elementos:

- valor adotado em procedimento anterior semelhante;
- características do espaço físico disponibilizado;
- localização do espaço dentro do Campus;
- infraestrutura existente;
- potencial de demanda da comunidade acadêmica;
- prazo da concessão;
- valores praticados em concessões semelhantes;
- critérios definidos pela área competente da Administração.

Dessa forma, o levantamento de mercado indica que a **concessão onerosa de uso de espaço físico** é a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para o atendimento da necessidade institucional, por permitir a disponibilização dos serviços à comunidade acadêmica sem caracterizar contratação direta dos serviços pela UTFPR.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na **concessão onerosa de uso de espaço físico localizado nas dependências da UTFPR – Campus Pato Branco**, destinado à exploração, por empresa especializada, de serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e comercialização de materiais de papelaria.

A concessão não se caracteriza como contratação direta dos serviços pela Administração. A UTFPR disponibilizará o espaço físico, e a empresa concessionária será responsável por instalar, operar e manter a estrutura necessária ao funcionamento da atividade, remunerando-se pelos valores cobrados diretamente dos usuários e pagando à Administração o valor correspondente à concessão onerosa.

A solução proposta tem por finalidade permitir que a comunidade acadêmica tenha acesso, no próprio Campus, a serviços de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, sem que a UTFPR precise assumir diretamente os custos de equipamentos, insumos, manutenção, mão de obra ou gestão operacional da atividade.

### Forma de execução

A execução ocorrerá mediante disponibilização de espaço físico pela UTFPR à empresa concessionária, que deverá explorá-lo exclusivamente para as finalidades previstas no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A concessionária será responsável por:

- instalar os equipamentos necessários à prestação dos serviços;
- disponibilizar mobiliário, materiais, insumos e demais recursos operacionais;
- fornecer papel, toners, tintas, capas, espirais e demais materiais necessários;
- manter equipe suficiente para atendimento aos usuários;
- realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual;
- manter o espaço físico limpo, organizado, seguro e adequado ao atendimento;
- observar as normas internas da UTFPR;
- pagar à Administração o valor da concessão onerosa, conforme condições estabelecidas no contrato.

A UTFPR, por sua vez, disponibilizará o espaço físico definido no procedimento licitatório, cabendo-lhe acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, sem assumir a execução direta dos serviços.

### Serviços a serem disponibilizados

A empresa concessionária deverá ofertar à comunidade acadêmica, no mínimo, os seguintes serviços:

- impressões e cópias em formato A4;
- impressões monocromáticas, em preto e branco;
- impressões coloridas;
- ampliação e redução de documentos;
- encadernações em espiral, com fornecimento de capa e contracapa;
- comercialização de materiais básicos de papelaria compatíveis com as necessidades acadêmicas e administrativas.

A inclusão de outros serviços ou produtos correlatos poderá ser admitida, desde que compatível com a finalidade da concessão e previamente autorizada pela Administração, quando necessário.

### Abrangência da solução

A solução contempla todas as etapas necessárias à exploração da atividade pela concessionária, incluindo:

- instalação da estrutura operacional no espaço concedido;
- organização do ambiente de atendimento;

- recebimento de arquivos e documentos dos usuários;
- execução de impressões, cópias, ampliações, reduções e encadernações;
- comercialização de materiais de papelaria;
- controle de qualidade dos serviços executados;
- atendimento presencial aos usuários;
- manutenção dos equipamentos e reposição de insumos;
- gerenciamento dos resíduos gerados pela atividade;
- pagamento do valor da concessão à Administração.

A concessionária deverá executar os serviços por sua conta e risco, não havendo garantia de demanda mínima por parte da UTFPR.

### **Preços dos serviços**

Os preços dos serviços a serem cobrados dos usuários deverão observar os valores máximos, referenciais ou condições estabelecidas no procedimento licitatório, conforme pesquisa de mercado e critérios definidos no edital.

Os serviços serão prestados diretamente aos usuários interessados, mediante pagamento pelos próprios usuários, observadas as condições e os preços definidos no edital e no instrumento contratual.

### **Valor da concessão onerosa**

Além dos preços dos serviços, deverá ser definido o valor da concessão onerosa de uso do espaço físico, a ser pago pela empresa concessionária à UTFPR.

Esse valor deverá considerar, entre outros aspectos:

- o procedimento anterior utilizado como referência;
- as características do espaço físico;
- a localização do espaço dentro do Campus;
- a infraestrutura disponível;
- o potencial de demanda;
- o prazo de vigência da concessão;
- os parâmetros de mercado aplicáveis.

O valor da concessão deverá constar no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual, conforme definido pela Administração.

### **Obrigações da concessionária**

Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato, a concessionária deverá:

- utilizar o espaço apenas para a finalidade autorizada;
- manter os equipamentos em condições adequadas de funcionamento;
- prestar atendimento com qualidade, agilidade e regularidade;
- cumprir os horários de funcionamento definidos ou aprovados pela Administração;
- manter equipe suficiente para atendimento da demanda;
- observar as normas de segurança, higiene e conservação do local;
- responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e operacionais;

- providenciar licenças, autorizações ou registros eventualmente necessários à atividade;
- reparar danos causados ao patrimônio público em razão do uso inadequado do espaço;
- restituir o espaço ao final da concessão em condições compatíveis com o uso regular.

### **Manutenção e conservação**

A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados será de responsabilidade exclusiva da concessionária, sem ônus para a Administração.

A concessionária também deverá zelar pela conservação do espaço físico concedido, mantendo o ambiente adequado ao atendimento dos usuários e comunicando à Administração eventuais ocorrências que possam comprometer a segurança, a estrutura ou o funcionamento do local.

Não poderão ser realizadas alterações estruturais no espaço sem autorização prévia da UTFPR.

### **Síntese da solução**

Dessa forma, a solução proposta consiste na disponibilização de espaço físico público, mediante concessão onerosa, para que empresa especializada explore serviços de reprografia, impressão, encadernação e papelaria nas dependências da UTFPR – Campus Pato Branco.

A medida permite atender à demanda da comunidade acadêmica, promover melhor aproveitamento do espaço institucional, evitar custos diretos à Administração e assegurar que a atividade seja exercida por empresa especializada, mediante pagamento pelo uso do espaço público e observância das condições estabelecidas no procedimento licitatório.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

Por se tratar de **concessão onerosa de uso de espaço físico**, não haverá contratação, pela Administração, de quantitativos de serviços de reprografia, impressão, encadernação ou papelaria.

As quantidades estimadas neste item referem-se apenas à **demanda potencial de utilização dos serviços pela comunidade acadêmica** da UTFPR – Campus Pato Branco, servindo como subsídio para:

- dimensionamento da viabilidade econômica da concessão;
- definição da estrutura mínima necessária para atendimento;
- elaboração da pesquisa de mercado;
- estimativa do potencial de faturamento da empresa concessionária;
- definição dos preços referenciais dos serviços a serem cobrados dos usuários;
- avaliação do valor mínimo da concessão onerosa a ser pago à Administração.

A estimativa da demanda foi elaborada com base na necessidade de atendimento da comunidade acadêmica do Campus, considerando:

- o quantitativo médio de estudantes regularmente matriculados;
- a utilização dos serviços por docentes, técnicos administrativos e demais usuários autorizados;
- a demanda recorrente por impressão de trabalhos acadêmicos, avaliações, relatórios, apostilas e documentos diversos;
- a necessidade de serviços de cópias, ampliações, reduções e encadernações;
- a utilização de materiais de papelaria em atividades acadêmicas ;
- a variação da demanda ao longo dos períodos letivos;
- a localização do Campus, afastado da área central do município;
- a conveniência de disponibilização dos serviços nas dependências da Instituição.

Com base nesses critérios, estima-se a seguinte demanda anual potencial:

Serviço	Quantidade estimada anual
Impressão/cópia monocromática A4	120.000 páginas
Impressão/cópia colorida A4	10.000 páginas
Ampliação/redução monocromática	5.000 páginas
Ampliação/redução colorida	2.000 páginas
Encadernação até 100 páginas	1.000 unidades
Encadernação acima de 100 páginas	300 unidades

Os quantitativos apresentados possuem caráter **meramente estimativo** e foram definidos exclusivamente para fins de planejamento da concessão, não representando:

- obrigação de consumo pela Administração;
- garantia de demanda mínima à concessionária;
- compromisso de faturamento mínimo;
- obrigação da UTFPR de adquirir ou custear os serviços;
- limite máximo absoluto de execução dos serviços, salvo se houver previsão específica no edital ou no contrato.

A empresa concessionária deverá considerar que a exploração da atividade ocorrerá **por sua conta e risco**, assumindo as variações de demanda decorrentes do calendário acadêmico, do número de usuários, da sazonalidade dos períodos letivos e das necessidades efetivas da comunidade acadêmica.

Os serviços serão prestados diretamente aos usuários interessados, mediante pagamento pelos próprios usuários, observados os preços máximos, referenciais ou condições estabelecidas no procedimento licitatório, quando aplicável.

Assim, as quantidades estimadas têm a finalidade de subsidiar a análise da viabilidade da concessão onerosa de espaço físico e não caracterizam contratação de serviços pela UTFPR.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 518,69

Por se tratar de **concessão onerosa de uso de espaço físico**, a estimativa do valor da contratação deve ser analisada sob duas perspectivas distintas:

- os valores referenciais dos serviços que serão disponibilizados aos usuários;
- o valor da concessão onerosa a ser pago pela empresa concessionária à Administração pelo uso do espaço físico.

Dessa forma, os valores estimados para cópias, impressões, ampliações, reduções e encadernações não representam despesa a ser assumida pela UTFPR, mas sim referência para a definição dos preços a serem praticados junto aos usuários, conforme pesquisa de mercado.

A UTFPR não realizará pagamento direto à empresa pela execução dos serviços. A remuneração da concessionária decorrerá dos valores cobrados diretamente dos usuários que utilizarem os serviços, observados os preços máximos, referenciais ou condições estabelecidas no procedimento licitatório.

### Valores referenciais dos serviços

A pesquisa de preços deverá contemplar os principais serviços a serem ofertados à comunidade acadêmica, tais como:

- impressão/cópia monocromática A4;



- impressão/cópia colorida A4;
- ampliação e redução de documentos;
- encadernações;
- demais serviços correlatos, quando aplicável.

Os preços finais dos serviços a serem previstos na licitação deverão ser definidos com base na **média dos valores apurados na pesquisa de mercado**, de modo a assegurar compatibilidade com os preços praticados no mercado local e regional.

Com base no levantamento preliminar constante do estudo, foram considerados os seguintes valores unitários referenciais:

Serviço	Valor unitário estimado
Impressão/cópia monocromática A4	R\$ 0,40
Impressão/cópia colorida A4	R\$ 1,70
Ampliação/redução monocromática	R\$ 0,40
Ampliação/redução colorida	R\$ 1,70
Encadernação até 100 páginas	R\$ 5,50
Encadernação acima de 100 páginas	R\$ 7,75

**Estimativa da movimentação econômica potencial**

Considerando os quantitativos estimados de demanda potencial da comunidade acadêmica, a movimentação econômica anual estimada dos serviços poderá ser projetada da seguinte forma:

Serviço	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor estimado
Impressão/cópia monocromática A4	120.000 páginas	R\$ 0,40	R\$ 48.000,00
Impressão/cópia colorida A4	10.000 páginas	R\$ 1,70	R\$ 17.000,00
Ampliação/redução monocromática	5.000 páginas	R\$ 0,40	R\$ 2.000,00
Ampliação/redução colorida	2.000 páginas	R\$ 1,70	R\$ 3.400,00
Encadernação até 100 páginas	1.000 unidades	R\$ 5,50	R\$ 5.500,00
Encadernação acima de 100 páginas	300 unidades	R\$ 7,75	R\$ 2.325,00

Com base nessa projeção, a movimentação econômica potencial estimada para o período de 12 meses é de: **R\$ 78.225,00 (setenta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais).**

Esse valor, contudo, **não corresponde ao valor da contratação a ser pago pela Administração.**

### **Valor da concessão onerosa**

Além da estimativa dos preços dos serviços, deverá ser definido o **valor mínimo da concessão onerosa de uso do espaço físico**, a ser pago pela empresa concessionária à UTFPR, recolhida por meio de Guia de Recolhimento Único - GRU do Governo Federal.

Esse valor corresponde à contraprestação devida pela empresa pelo uso do espaço público e deverá ser fixado pela Administração com base em critérios objetivos, podendo considerar:

- valor adotado em procedimento anterior semelhante;
- metragem e características do espaço físico disponibilizado;
- localização do espaço nas dependências do Campus;
- infraestrutura existente no local;
- potencial de demanda da comunidade acadêmica;
- prazo de vigência da concessão;
- custos eventualmente suportados pela Administração;
- valores praticados em concessões semelhantes;
- avaliação administrativa ou patrimonial, quando cabível.

Deverá constar no Termo de Referência e no edital o valor mínimo mensal ou total da concessão, conforme critério adotado pela Administração.

Valor mínimo mensal estimado da concessão onerosa: **R\$518,69 (quinhentos e dezoito reais e sessenta e nove centavos)**

Nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro, tendo em vista o recesso escolar, o valor da concessão de uso (aluguel) receberá dedução de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal supramencionado.

A dedução de 50% (cinquenta por cento) do valor mensal poderá ser estendida aos períodos ou proporcionais a estes, nos casos de Greves da comunidade escolar, pandemia, a critério da CONCEDENTE, mediante prévia autorização da Direção Geral do Câmpus.

### **Critério de julgamento**

O critério de julgamento deverá ser definido pela área competente, observada a natureza jurídica do objeto e a legislação aplicável, especialmente por se tratar de concessão onerosa de uso de espaço físico com pagamento de valor à Administração.

### **Síntese da estimativa**

Portanto, a estimativa econômica da contratação deve deixar claro que:

- a UTFPR não contratará diretamente os serviços de reprografia, impressão, encadernação ou papelaria;
- não haverá pagamento da Administração à empresa pela prestação dos serviços aos usuários;
- os valores unitários dos serviços servirão como referência para cobrança dos usuários;
- a movimentação econômica estimada representa apenas potencial de faturamento da concessionária;
- o valor efetivo de interesse da Administração é o valor da concessão onerosa, a ser pago pela empresa pelo uso do espaço físico;
- a empresa concessionária explorará a atividade por sua conta e risco, sem garantia de demanda mínima pela UTFPR.

Dessa forma, a estimativa de valor deverá ser ajustada para refletir corretamente a natureza do objeto, qual seja, a **concessão onerosa de uso de espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, encadernação e papelaria nas dependências da UTFPR – Campus Pato Branco.**

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No presente caso, o parcelamento não se mostra adequado, pois o objeto consiste na **concessão onerosa de uso de um espaço físico específico** nas dependências da UTFPR – Campus Pato Branco, destinado à exploração conjunta de serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria.

A divisão da solução entre diferentes empresas poderia comprometer a organização do espaço, dificultar a fiscalização contratual e reduzir a atratividade econômica da concessão. Além disso, os serviços previstos possuem natureza complementar e são usualmente prestados de forma integrada por empresas do ramo.

A manutenção da concessão em lote único permite:

- melhor aproveitamento da área disponibilizada;
- atendimento centralizado à comunidade acadêmica;
- padronização das condições de funcionamento;
- maior clareza quanto às responsabilidades da concessionária;
- simplificação da gestão e da fiscalização contratual;
- preservação da viabilidade econômica da exploração do espaço.

Também deve ser considerado que a Administração não está contratando diretamente os serviços, mas concedendo o uso de espaço físico para que a empresa vencedora explore a atividade por sua conta e risco. Nesse contexto, o parcelamento poderia gerar conflitos de responsabilidade quanto ao uso, conservação e manutenção do local.

Dessa forma, justifica-se a adoção de **lote único**, por ser a alternativa mais adequada à natureza do objeto e mais eficiente para o atendimento da necessidade institucional.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Após análise do objeto, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução da presente concessão onerosa de uso de espaço físico.

A exploração dos serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria será realizada diretamente pela empresa concessionária, que deverá providenciar, às suas expensas, todos os recursos necessários ao funcionamento da atividade, incluindo:

- equipamentos;
- mobiliário;
- materiais e insumos;
- mão de obra;
- manutenção preventiva e corretiva;
- organização do atendimento;
- demais recursos operacionais necessários.

Dessa forma, a Administração não precisará realizar contratação complementar de equipamentos, softwares, insumos, manutenção ou serviços acessórios para viabilizar a concessão.

A relação da solução com as atividades acadêmicas e administrativas da UTFPR – Campus Pato Branco é de apoio indireto, uma vez que os serviços disponibilizados contribuirão para o atendimento da comunidade acadêmica. Contudo, a execução da atividade será autônoma e ficará sob responsabilidade da concessionária.

Assim, conclui-se que a concessão poderá ser executada de forma independente, sem depender de outras contratações vigentes ou planejadas pela Administração.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente concessão onerosa de uso de espaço físico está alinhada ao planejamento institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Campus Pato Branco, por atender à necessidade de disponibilização de serviços de apoio à comunidade acadêmica, sem que a Administração assuma diretamente a execução ou o custeio desses serviços.

A solução proposta contribui para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, ao permitir que estudantes, docentes, técnicos administrativos e demais usuários tenham acesso, no próprio Campus, a serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e materiais de papelaria.

A concessão também se mostra compatível com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, pois possibilita:

- melhor aproveitamento de espaço físico institucional;
- atendimento de demanda recorrente da comunidade acadêmica;
- redução da necessidade de investimentos próprios pela Administração;
- transferência à concessionária dos custos operacionais da atividade;
- pagamento de valor à UTFPR pelo uso oneroso do espaço público;
- manutenção dos serviços por empresa especializada, por sua conta e risco.

Ressalta-se que a solução não se caracteriza como contratação direta dos serviços de reprografia, impressão ou papelaria pela Administração. Trata-se de concessão de espaço físico para exploração econômica da atividade pela empresa vencedora, conforme condições definidas no edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A contratação encontra-se vinculada ao planejamento institucional e deverá observar o respectivo registro no Plano de Contratações Anual, bem como as normas aplicáveis às contratações públicas e à gestão de bens e espaços públicos da Instituição.

Dessa forma, verifica-se que a concessão pretendida está compatível com o planejamento administrativo da UTFPR – Campus Pato Branco, atendendo à necessidade institucional identificada de forma eficiente, econômica e adequada ao interesse público.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a concessão onerosa de uso de espaço físico, pretende-se disponibilizar à comunidade acadêmica da UTFPR – Campus Pato Branco acesso contínuo, adequado e presencial a serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria.

A solução busca atender a uma demanda recorrente de estudantes, docentes, técnicos administrativos e demais usuários, sem que a Administração precise executar diretamente a atividade ou arcar com os custos operacionais correspondentes.

São resultados pretendidos com a concessão:

- disponibilizar serviços de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração no próprio Campus;
- facilitar o acesso da comunidade acadêmica a serviços de reprografia, impressão, encadernação e papelaria;
- evitar investimentos diretos da UTFPR em equipamentos, insumos, manutenção, mobiliário e mão de obra;
- permitir o melhor aproveitamento de espaço físico institucional;
- transferir à concessionária a responsabilidade pela instalação, operação e manutenção da atividade;
- assegurar atendimento regular, organizado e compatível com as necessidades da comunidade acadêmica;
- garantir que os serviços sejam prestados com padrões adequados de qualidade, legibilidade e acabamento;
- possibilitar o recebimento de valor pela Administração em razão do uso oneroso do espaço físico;
- reduzir a necessidade de gestão operacional direta pela UTFPR;
- preservar a continuidade do atendimento durante a vigência contratual.

A empresa concessionária deverá explorar a atividade por sua conta e risco, sendo remunerada pelos valores cobrados diretamente dos usuários, observados os preços e condições definidos no procedimento licitatório.

Dessa forma, a concessão pretendida contribui para a eficiência administrativa, para a economicidade e para o atendimento de necessidade de apoio à comunidade acadêmica, sem caracterizar contratação direta dos serviços pela UTFPR.

### 13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a concessão onerosa de uso do espaço físico, a Administração deverá adotar as providências necessárias à adequada instrução do processo licitatório e à futura execução contratual.

Inicialmente, deverá ser definido o espaço físico a ser concedido, com a respectiva caracterização da área, localização, condições de uso, infraestrutura disponível e eventuais limitações existentes. Também deverá ser estabelecido o valor mínimo da concessão onerosa, considerando parâmetros administrativos, procedimento anterior semelhante, características do espaço, potencial de demanda e demais critérios aplicáveis.

Além disso, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- realizar pesquisa de mercado para definição dos preços referenciais dos serviços a serem ofertados aos usuários;
- definir o valor mínimo a ser pago pela concessionária pelo uso oneroso do espaço físico;
- elaborar o Termo de Referência e os demais documentos necessários à instrução do processo;
- realizar o procedimento licitatório na modalidade adequada;
- estabelecer os critérios de julgamento compatíveis com a natureza de concessão onerosa;
- definir as obrigações da concessionária quanto ao uso, conservação e manutenção do espaço;
- estabelecer regras de funcionamento, horário de atendimento e condições mínimas de prestação dos serviços;
- designar gestor e fiscais do contrato;
- orientar a concessionária quanto às normas internas da UTFPR;
- acompanhar a instalação da estrutura necessária ao início das atividades.

Não haverá necessidade de aquisição prévia de equipamentos, mobiliário, insumos ou materiais pela Administração, pois tais providências serão de responsabilidade da empresa concessionária.

Eventuais adequações no espaço físico somente poderão ser realizadas mediante autorização prévia da UTFPR, observadas as normas institucionais e as condições previstas no edital, no Termo de Referência e no contrato.

Dessa forma, as providências necessárias são compatíveis com a estrutura administrativa existente e têm por finalidade assegurar que a concessão seja formalizada e executada de maneira regular, eficiente e adequada ao interesse público.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

A exploração dos serviços de reprografia, impressão, cópias, encadernações e papelaria poderá gerar impactos ambientais relacionados principalmente ao consumo de papel, ao uso de insumos de impressão e à geração de resíduos decorrentes da atividade.

Os principais impactos ambientais identificados são:

- consumo de papel e outros materiais de origem florestal;
- utilização de toners, cartuchos, tintas e demais insumos de impressão;
- geração de aparas de papel, embalagens, plásticos, espirais e resíduos de encadernação;
- descarte inadequado de cartuchos, toners e componentes de equipamentos;
- consumo de energia elétrica pelos equipamentos utilizados;
- geração de resíduos decorrentes da comercialização de materiais de papelaria.

Para minimizar esses impactos, a concessionária deverá adotar medidas de sustentabilidade durante toda a execução contratual, tais como:

- incentivar o uso racional de papel;
- evitar desperdícios na execução dos serviços;
- orientar os usuários quanto à revisão prévia dos arquivos antes da impressão;
- utilizar, sempre que possível, papel reciclado ou certificado;
- realizar a separação e destinação adequada dos resíduos gerados;
- adotar práticas de economia de energia;
- manter os equipamentos em boas condições de funcionamento, evitando falhas, retrabalho e desperdício de insumos;
- observar as normas ambientais aplicáveis à atividade.

A concessionária também deverá providenciar, quando cabível, a logística reversa ou destinação ambientalmente adequada de:

- cartuchos de tinta;
- toners;
- embalagens de insumos;
- componentes substituídos em manutenções;
- demais resíduos sujeitos a tratamento específico.

A responsabilidade pelo acondicionamento, gerenciamento e descarte dos resíduos decorrentes da atividade será da empresa concessionária, sem ônus para a Administração, devendo ser observadas as normas ambientais vigentes e as orientações internas da UTFPR.

Dessa forma, os impactos ambientais relacionados à concessão são considerados de baixa complexidade e podem ser mitigados mediante a adoção das boas práticas ambientais previstas neste estudo, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

#### Justificativa da Viabilidade/Inviabilidade:

A contratação mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que:

- a necessidade foi devidamente caracterizada, com identificação clara da demanda institucional por disponibilização de serviços de reprografia, impressão, encadernação e papelaria à comunidade acadêmica;
- o levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas com atividade econômica compatível com a exploração dos serviços pretendidos;
- a solução proposta consiste na concessão onerosa de uso de espaço físico público, destinada à exploração da atividade por empresa especializada, por sua conta e risco;
- a concessão permite o atendimento da comunidade acadêmica sem que a UTFPR assuma diretamente os custos de equipamentos, insumos, manutenção, mão de obra ou gestão operacional da atividade;
- os requisitos foram definidos de forma clara e suficiente, sem restrição indevida à competitividade;
- a solução possibilita melhor aproveitamento do espaço físico institucional e o recebimento de valor pela Administração pelo uso oneroso do espaço público;
- os impactos ambientais identificados são de baixa complexidade e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas ambientais previstas;
- a concessão encontra-se alinhada ao planejamento institucional e ao Plano de Contratações Anual da UTFPR – Câmpus Pato Branco.

Dessa forma, conclui-se que a concessão onerosa de uso de espaço físico é adequada ao atendimento do interesse público, apresentando viabilidade técnica, operacional e econômica para sua realização mediante procedimento licitatório em modalidade juridicamente adequada à natureza do objeto.



## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GUSTAVO ARCARI**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

**LUCIMAR FORNARI SCHVIRCK**

AUXILIAR EM ADMINISTRACAO

**ANA PAULA LINDNER**

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO



## APÊNDICE II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA REALIZADA

Declaramos para os devidos fins que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_ na pessoa do(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, esteve nesta data vistoriando o local da **concessão do espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - Campus Pato Branco**, objeto do Pregão eletrônico nº **900\_/2026** da UTFPR Campus Pato Branco, e proclama estar ciente das condições e da complexidade da execução dos serviços, bem como, conhecimento dos termos do Edital, Termo de referência e demais Anexos.

Pato Branco PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
NOME DO SERVIDOR QUE CONDUZIU A VISTORIA

Diretoria de Graduação e Educação Profissional  
do Campus Pato Branco da UTFPR



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA LINDNER, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/05/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **LUCIMAR FORNARI SCHVIRCK, AUX EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/05/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **GUSTAVO ARCARI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/05/2026, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) [https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador (informing the verification code) **5716913** e o código CRC (and the CRC code) **70E16E7A**.



**APÊNDICE III - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DO LOCAL  
(EM SUBSTITUIÇÃO À VISTORIA)**

Declaro, sob as penalidades da Lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, optou por não realizar a vistoria para inspeção ao local da **concessão do espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - Campus Pato Branco**, objeto do Pregão eletrônico nº **900\_/2026**, por ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esta Declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira. Não alegaremos o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para nos eximir das obrigações assumidas, em decorrência da execução do objeto, caso sejamos a licitante contratada

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026. \_\_\_\_\_

Empresa (representante legal- nome, cargo e assinatura)



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **ANA PAULA LINDNER, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/05/2026, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **LUCIMAR FORNARI SCHVIRCK, AUX EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/05/2026, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **GUSTAVO ARCARI, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em (at) 22/05/2026, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) [https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador (informing the verification code) **5716941** e o código CRC (and the CRC code) **149BC02C**.



## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

À

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* Pato Branco

Ref.: Proposta para **Concessão onerosa de espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - *Campus* Pato Branco**, conforme Edital, Termo de referência e anexos.

Prezados Senhores,

Nós, abaixo-assinados, tendo examinado as condições do Edital e dos Anexos que o integram, para a execução do objeto acima mencionado (incluindo os materiais e serviços), **propomos**:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Desconto	Valor Total Estimado R\$
1	Concessão Onerosa de Espaço para exploração de atividade comercial, por empresa que forneça serviços de REPROGRAFIA, IMPRESSÃO, PAPELARIA E LIVRARIA, nas dependências da UTFPR Campus Pato Branco, <b>com aplicação de maior desconto (taxa única aplicável a todos os itens igualmente) sobre o Rol de serviços a serem prestados (Tabela 2)</b> , respeitando-se ainda, as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, o contido no Edital, Anexos, bem como, legislação relacionada ao objeto.	1	concessão	X%	

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)
1	Impressão/cópia monocromática A4	1	unidade	
2	Impressão/cópia colorida A4	1	unidade	
3	Ampliação/redução monocromática	1	unidade	
4	Ampliação/redução colorida	1	unidade	
5	Encadernação até 100 páginas	1	unidade	
6	Encadernação acima de 100 páginas	1	unidade	
<b>VALOR TOTAL DA SOMA DE UMA UNIDADE DE CADA SERVIÇO (R\$)</b>				

Outrossim, declaramos que:

a) Aceitamos, estamos cientes e concordamos com as disposições e obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90007/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações durante o processo de contratação.

- b) Os serviços serão executados e concluídos dentro do prazo fixado no Termo de referência e Edital;
- c) Esta proposta compreende todas as despesas com mão de obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, seguros, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução de todo o serviço;
- d) O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias (mínimo 60 dias).

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Empresa Licitante

**(responsável legal - nome, cargo e assinatura)**



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **MARIO HENRIQUE GOUVEA, PREGOEIRO(A)**, em (at) 28/05/2026, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasília-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) [https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador (informing the verification code) **5709145** e o código CRC (and the CRC code) **F7265E3F**.

**Referência:** Processo nº 23064.022495/2026-26

SEI nº 5709145



## MINUTA DO CONTRATO XX/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE  
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ -  
CAMPUS NÚCLEO SUDOESTE E A EMPRESA  
XXXXX

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Núcleo Regional Sudoeste, por intermédio do Campus Pato Branco, com sede na Via do Conhecimento, km 01, bairro Fraron na cidade de Pato Branco / Estado PR, inscrita no CNPJ sob o nº 75.101.873/0004-32, neste ato representada pelo Diretor Geral, Sr. Neimar Follmann, nomeado pela Portaria nº 815 de 07 de maio de 2025, publicada no DOU de 09 de maio de 2025, portador da matrícula funcional nº 2529018, doravante denominada CONCEDENTE, e a empresa XXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXX sediada à XXXXX, na cidade de XXXXXX doravante designada CONCESSIONÁRIA, neste ato representado por XXXXX, apresentada e juntada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23064.022495/2026-26 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão eletrônico **90007/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (ART. 92. I E II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **Concessão onerosa de espaço físico para exploração de serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria nas dependências da UTFPR - Campus Pato Branco**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3. O Termo de Referência;
- 1.4. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é **de 1 (um) ano contados do(a) XXXX**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na concessão de espaço;
  - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VILE XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



- 3.2. As alterações físicas necessárias ao bom desempenho das atividades da Cessionária, poderá realizar nos espaços cedidos as obras de adaptação necessárias, desde que previamente autorizadas pela CEDENTE, incorporando as benfeitorias ao patrimônio da CONCEDENTE, não cabendo qualquer tipo de indenização, ou mesmo a retenção das benfeitorias, no caso em que a sua remoção não seja possível ou venha a causar danos irreparáveis aos imóveis.
- 3.3. Os custos decorrentes de qualquer modificação ou instalação de equipamentos ficarão sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
- 3.4. Os equipamentos a serem instalados pela Cessionária são de sua propriedade e continuarão a sê-lo, mesmo que o presente instrumento seja rescindido, podendo, neste caso, efetuar a retirada, repondo, entretanto, o ambiente nas condições em que estava antes de sua instalação.
- 3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA - VALOR CONTRATUAL E DO PAGAMENTO**

- 5.1. O valor **mensal** da taxa de remuneração pela cessão do uso do espaço, pago pela CONCESSIONÁRIA em favor da CONCEDENTE será de **R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais)** mensais a serem pagos pela Concessionária a Concedente.
- 5.2. Nos períodos de recesso e férias, em que não haja a suspensão total das atividades, o pagamento será reduzido proporcionalmente a 50% (cinquenta por cento) do valor da concessão, sendo a contagem feita por dias.
- 5.3. O pagamento poderá ser reduzido proporcionalmente a 50% (cinquenta por cento) do valor da concessão, nos casos de Greves da comunidade escolar, a critério da CONCEDENTE, mediante prévia autorização da Direção Geral do Câmpus.
- 5.4. O pagamento mensal deverá ser efetuado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao vencido, mediante recolhimento da GRU, emitida pela UTFPR, devendo A CONCESSIONÁRIA apresentar, até o prazo estabelecido, aos fiscais designados em ato próprio pelo CONCEDENTE, cópia do correspondente depósito.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÍNIMOS, DOS PREÇOS E REAJUSTES**

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a manter a prestação dos serviços de reprografia, impressão, papelaria e livraria, provendo às suas expensas, mão de obra especializada, equipamentos todo e qualquer material, mobiliário, acessórios ou componentes necessários à instalação e pleno funcionamento da Área de Reprografia, respeitados ainda os valores máximos abaixo, propostos pela CONCESSIONÁRIA, no ato de sua proposta.
- 6.2. Os valores em percentual, são os constantes na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Desconto	Valor Total Estimado R\$
1	Concessão Onerosa de Espaço para exploração de atividade comercial, por empresa que forneça serviços de REPROGRAFIA, IMPRESSÃO, PAPELARIA E LIVRARIA, nas dependências da UTFPR Campus Pato Branco, <b>com aplicação de maior desconto (taxa única aplicável a todos os itens igualmente) sobre o Rol de serviços a serem prestados (Tabela 2)</b> , respeitando-se ainda, as especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, o contido no Edital, Anexos, bem como, legislação relacionada ao objeto.	1	concessão	X%	

Grupo	Item	Descrição	Qtde	Und. Medida	Valor Unitário (R\$)
1	1	Cópia/Impressão monocromática A4	1	Unidade	
	2	Cópia/Impressão Colorida A4	1	Unidade	
	3	Cópia com ampliação ou redução monocromática	1	Unidade	
	4	Cópia com ampliação ou redução colorida	1	Unidade	
	5	Encadernação em espiral até 100 páginas - capa e contracapa	1	Unidade	
	6	Encadernação em espiral acima de 100 páginas - capa e contracapa	1	Unidade	
Valor total (R\$)					

- 6.3. Por cada cópia em A3, reduzida e/ou ampliada, em papel de 75G a 120G (fornecido pela CONCESSIONÁRIA), o preço será acrescido em 100% sobre o valor unitário da cópia no tamanho A4.
- 6.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.5. As condições de execução dos serviços estão estabelecidas no Termo de Referência."

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. O valor estipulado para a concessão do uso do espaço (aluguel), é fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data da assinatura deste contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do concessionário, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo cedente, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), no que tange a concessão do espaço físico, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGPM, no que tange a concessão do espaço físico, e os itens constantes no item 1.1 do Anexo - Termo de referência, pelo IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Concedente pagará ao Concessionário a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Cedente:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Concessionário, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Concessionário, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Concessionário;

8.1.5. Aplicar ao Concessionário as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Concessionário;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Concessionário no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10. Comunicar o Concessionário na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Cedente, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Concessionário com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Concessionário, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1. O Concessionário deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja

quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Cedente.

9.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do cedente ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Concessionário deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do cessionário; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Cedente.

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Cedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.10. Paralisar, por determinação do Cedente, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Cedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta.

9.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#)).

9.1.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).

9.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.1.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Cedente.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Concessionário.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do Concessionário eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do concessionário orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Concessionário deverá exigir de suboperadores e subcessionários o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Cedente poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Concessionário atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Concessionário deverá prestar, no prazo fixado pelo Cedente, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO ([ART. 92, XII](#))**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([ART. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o cessionário que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao cessionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o cessionário der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

### IV) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 30% (dez a trinta por cento) do valor do Contrato, neste caso o valor mensal pago pela seção do espaço;

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, 10% a 30% (dez a trinta por cento) do valor do Contrato, neste caso o valor mensal pago pela seção do espaço;

(4) Para infração descrita na alínea “a”, “b” e “d” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 10% (um a dez por cento) do valor do Contrato, neste caso o valor mensal pago pela seção do espaço.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Cedente ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Cessionário, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Cedente;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Cessionário poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Cessionário, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Cedente deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do cessionário para com a Administração cedente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o cessionário possua com o mesmo órgão ora cedente, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** ([ART. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o cedente, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do cessionário pelo cedente nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica cessionária, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto:

13.8.1. caso se constate que o cessionário mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade cedente ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.8.2. caso se constate que a pessoa jurídica cessionária possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou



contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão cedente (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

14.1. Por se tratar de concessão de uso, a contratação pretendida não gera ônus para a Administração.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo cedente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do cedente, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao cedente divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (ART. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pato Branco e Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

\_\_\_\_\_  
Neimar Follmann  
Representante legal da Concedente

\_\_\_\_\_  
XXXXXXX  
Representante legal da Concessionária

TESTEMUNHAS:

1-  
2-



Documento assinado eletronicamente por (Document electronically signed by) **MARIO HENRIQUE GOUVEA, PREGOEIRO(A)**, em (at) 10/06/2026, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília (according to official Brasilia-Brazil time), com fundamento no (with legal based on) art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site (The authenticity of this document can be checked on the website) [https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.utfpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador (informing the verification code) **5759319** e o código CRC (and the CRC code) **D614E313**.